

# Padrão linguístico de Moçambique: diglossia e línguas em perigo de extinção <sup>❏</sup>

David Alberto Seth Langa\*

pp. 127-143

## 1. Introdução

Nos últimos anos constitui uma das maiores preocupações no campo linguístico dos países africanos multiétnicos e multilíngues, a gestão das suas línguas, num contexto em que, no geral, a língua dos ex-colonizadores foi adotada e privilegiada como língua oficial dos países africanos independentes, em desfavor das suas línguas nativas, no caso as Bantu, que foram relegados a domínios familiares ou não formais (Bamgbose, 1999; Abdulaziz, 2003; Firmino, 2002). A escolha das línguas ex-coloniais como as oficiais pretendeu-se alegadamente a vários fatores, dos quais o facto de nenhuma língua Bantu ser a de comunicação mais ampla em todo o território, pois de circunscreve principalmente ao espaço do seu grupo étnico e a consequente provável hegemonia política através da língua do etnia que fala essa língua; o facto de as línguas Bantu serem classificadas como as que não são capazes de desenvolver a ciência e a tecnologia, pois a sua metalinguagem para essas áreas do saber, carece de ser desenvolvida; o facto de que devido ao multilinguismo, o uso de uma língua estrangeira (ex-colonial) considerada ser a solução para o garante da unidade nacional e o famoso alcance do desiderato de construção de uma nação como o bem-comum maior em detrimento da tribo, o que provavelmente poderia impulsionar o tribalismo, regionalismos e outros possíveis ismos que a gestão política possa conseguir criar.

Volvida cerca de década e meia após a independência de Moçambique em 1975, na Constituição de 1990, pela primeira vez, as línguas moçambicanas (Línguas Bantu) são incluídas ainda que a título de sua promoção, desenvolvimento e uso na via pública (República de Moçambique, 1990). O reconhecimento das línguas moçambicanas, embora que timidamente, justificou a sua integração no Sistema Nacional de Educação (cf. República de Moçambique, 1992). Daí, em 1993-1997/98, realizou-se uma experiência piloto de uma educação bilingue em Moçambique – o PEBIMO, que foi determinante para o Ministério que tutela a Educação no país adotar e replicar a experiência em todo o país nos anos 2003 e mais adiante continuar a sua massificação e expansão (Lafon, 2011; INDE/MINEDH, 2023; MINEDH, 2019).

❏ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr40a10>

\* Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

A introdução do ensino bilingue, ainda que no ensino primário apenas, considera-se que reduz ou elimina a exclusão social das crianças que não têm o Português, como língua materna ou mesmo segunda; reduz os problemas de desperdício e desistência escolar pois o índice de reprovações era alto quando o ensino era apenas monolíngue em crianças que não falem ou não dominam a língua oficial, quando o ensino fosse exclusivo nesta língua (Chimbutane *et al.* [no prelo]). O contrário, o ensino bilingue trás vantagens dentre eles o de os alunos sentirem-se tão à vontade na sala de aulas que, às vezes, até questionam a autoridade científica do professor, podendo co-construir o seu próprio conhecimento, incluindo através da capitalização da ligação entre os saberes escolares e os saberes locais, parte integrante do seu universo de representações (cf. Chimbutane, 2011; Chambo, 2018).

Perante este cenário bonificante do ensino bilingue, em que estudos indicam que os alunos tendem a ter um melhor desempenho quando as matérias são ministradas nas línguas locais, e estudiosos clamam por mais inclusão delas na educação formal, não só por razões pedagógicas a elas associadas, como também de identidade, de direito linguístico, que é humano, de diversidade linguístico-cultural, etc. (cf. INDE/MINEDH, 2003; Lafon, 2009; Tibategeza, 2010; Bernardo e Severo, 2018; Eswatini, 2021), é verdade que apesar das políticas pró multilinguismo em Moçambique, os factos apontam que a língua portuguesa é a única língua para o acesso de bens no país (Firmino, 2002). O problema que se pode levantar é, então, o que levaria ou moveria a manutenção das línguas Bantu ao longo dos tempos, se no xadrez do desenvolvimento socioeconómico estas línguas quase não tem utilidade? Que é feito para convencer os pais a levarem seu filhos para o modelo de Ensino bilingue?

Como hipóteses pode se dizer que, no geral, a resposta à situação atual de decréscimo de percentagem de falantes de LB (segundo Chimbutane *et al.* [no prelo]), a percentagem da população de 5 anos ou mais, segundo língua materna no país, aponta que em 1980 a percentagem, de falantes de língua materna Bantu era de 98.8% e volvidos quarenta anos, em 2017, baixou para 79.2%, o que significa um decréscimo de 19.6 pontos percentuais), bem como o crescimento de percentagem de falantes de língua portuguesa (de 1.2% em 1980 cresceu para 16.5% em 2017) em Moçambique pode ser feita olhando para a situação de diglossia do país (Langa, 2019a e 2019b).

A metodologia usada para desenvolver este artigo consiste na interpretação de alguns dados do padrão linguístico de Moçambique (Chimbutane *et al.* [no prelo]) que é baseado na análise dos censos populacionais de Moçambique de 1997, 2007 e 2017. Neste texto não se apresentam a tabelas e gráficos correspondentes às 3 variáveis analisadas no estudo em alusão, a saber: (i) língua materna; (ii) língua frequentemente usada em casa e (iii) habilidades de leitura e escrita. Portanto, o estudo é quantitativo porque usa dados dos Censos e ao mesmo tempo qualitativo porque apresenta alguns depoimentos dos intervenientes-chave no quesito línguas e seus usos em Moçambique.

O artigo encontra-se organizado em três grandes partes, sendo esta a inicial, Introdução (Secção 1), seguida do Padrão linguístico de Moçambique: Diglossia e línguas em perigo em extinção (Secção 2). Nesta secção, apresentam de dados que suportem o argumento segundo o qual as línguas Bantu Moçambicanas estão ameaçadas e em perigo de extinção a médio longo prazos. Essas evidências são apresentadas analisando o diglossia e o bilinguismo em Moçambique; através da análise dos indicadores das línguas em perigo de Batibo (2012); bem como das políticas adoptadas na educação em Moçambique.

## 2. Padrão linguístico de Moçambique: diglossia e ensino de línguas em perigo de extinção

### 2.1. Diglossia e Bilinguismo em Moçambique

De uma forma geral, diglossia e bilinguismo pertencem a domínios científicos diferentes, sendo que o bilinguismo é objeto de estudo da psicologia e psicolinguística e tem a ver com as habilidades individuais do uso de mais de uma variante linguística (cf. Butler e Hakuta, 2008) ao passo que diglossia descreve situações em que dois sistemas linguísticos coexistem numa dada comunidade linguística, sendo um sistema com o estatuto alto (H) e o outro baixo (L) (Sayahi, 2014). Em diglossia, as escolhas das variantes ou línguas acabam se transformando num processo de manutenção de língua ou de mudança de língua (cf. Fishman, 2006). No caso de Moçambique, a diglossia mais se relaciona com a escolha de língua do que de variante, visto que todas as línguas faladas, incluindo: *Kimwani, Ximakonde, Ciyawo, Emakhuwa, Elomwe, Ekoti, Echuwabo, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Cibarwe, Cimanyika, Cindawu, Ciwutee, Gitonga, Citshwa, Cicopi, Xichangana e Xizronga* (cf. Ngunga *et al.*, 2022), concorrem para o acesso nos domínios oficiais ou formais com a língua portuguesa. A avaliar pelo crescente de inquiridos dos Censos que se declaram falar a língua portuguesa ao longo dos anos, parece acenar-se para a mudança gradual das línguas bantu para esta língua, corroborando com a afirmação segundo a qual em comunidades bilingues (muitas vezes com diglossia) em situações extremas, uma comunidade pode estar de transição para uma nova língua como resultado de a mudança de língua poder levar ao monolingüismo de uma nova língua (Romaine, 1995).

O cenário do fenómeno de mudança de língua gradual das línguas Bantu para o Português também não gera consensos no seio da academia moçambicana. Uns consideram que apesar de desde 1964, ano do início de luta armada, o Português ter começado a ser usado como língua “oficial” e oficializado em 1975, tendo por isso, vantagem sobre as línguas Bantu moçambicanas e mesmo assim, com as vantagens do português por ser língua oficial, as línguas bantu continuam a ser as preferidas dos moçambicanos, sobretudo nos assuntos mais ligados ao seus aspetos de vida quotidiana (Timbane e Nhampoca, 2017). Outros, sem esquecer do que acima se diz, mas olhando para as atitudes dos inquiridos dos censos em que o número dos que se consideraram falar de uma LB tende a reduzir ao longo dos anos, parece um indicador de uma atitude que acena para o abandono gradual das LBs em favor do Português (INE, 2017). Outrossim, Langa (2019b), visando averiguar se o bilinguismo em Moçambique está, ou não, a dar origem ao declínio e abandono das línguas bantu locais, considera que se pode afirmar com algum cuidado que o bilinguismo não está a dar origem ao declínio nem ao abandono das línguas locais. Contudo, é preciso que se continue a desenvolver ações de modo a que os falantes tenham atitudes positivas das suas línguas maternas a par da língua portuguesa, revertendo assim a “erosão ambiental” em favor das duas línguas (LP e LB) e a vitalidade das LBs. Quanto à identidade político-cultural, mais especificamente, os inquiridos não se sentem discriminados como cidadãos moçambicanos pelo facto de falarem Português, mas tendem a considerar que o domínio de uma língua bantu os torna cidadãos mais genuinamente moçambicanos (Langa, 2019b). Em síntese, pode se dizer que a situação da manutenção das LBs no país é ténue, pois apesar haver fatores que abonam a seu favor, persistem outros que não abonam. Um exemplo extremo do fenómeno de mudança de língua é o que aconteceu na América Latina em que as línguas indígenas na sua grande maioria deram lugar à LP, ou seja, os falantes das línguas indígenas mudaram de língua e passaram a falar língua euro-

peias como o Português e o Espanhol, rumando decididamente para um cenário de monolingüismo. A mudança de língua pode ser feita de uma geração para a outra, bastando a geração anterior não passar a sua língua materna Bantu para a seguinte, como de facto se confirma ser essa a tendência da geração do pós-independência, que se mostra receosa na transmissão da LB para os seus filhos (cf. Langa, 2019a e 2019b).

A relação entre a LP e as LB em Moçambique é de uma diglossia. Em Moçambique, em que a LP é ensinada nas escolas e tem desempenhado várias funções proeminentes na sociedade, sobretudo como língua de administração, acesso ao emprego, justiça, dentre outro, ao passo que as LB, apesar de estarem paulatinamente a ser usadas em domínios tradicionalmente formais (cf. Langa, 2019a e Langa, 2019b), tipicamente são línguas empregadas no domínio familiar ou em domínios não-formais (Firmino, 2002). A literatura também se refere a línguas com estatuto H (A) como línguas dominantes ou maioritárias e as com estatuto L (B) como línguas minoritárias<sup>1</sup>.

Assim, tendo em conta o indicador língua materna, para que a família mantenha a sua língua e a possa transmitir para as novas gerações, precisa ter um motivo para assim proceder. Por exemplo, o crescente da população que se declara falar a LP como língua materna leva a um cenário de mudança de língua, de língua bantu para o Português, sobretudo nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo, onde mais da metade dos inquiridos afirmam ter a LP como sua língua materna. Nas outras províncias, essa mudança está a ser mais lenta, o que pode significar uma oportunidade para que as políticas educacionais e não só consigam desenvolver ações através do ensino bilingue mais robusto, visando preservar, através da língua, os direitos linguísticos das comunidades moçambicanas.

Em relação ao indicador “língua falada mais frequentemente em casa” em população com 5 ou mais anos de idade, comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma redução considerável da percentagem da população que declarou falar mais frequentemente uma língua bantu em casa, que consiste em uma redução em 7.9 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 1.5 pontos, entre 2007 e 2017. Em contraste, no mesmo período, quase que duplicou a proporção daqueles que falam a língua portuguesa mais frequentemente em casa, representando um crescimento na ordem de 8.2 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 4.1 pontos, entre 2007 e 2017. Combinado com o indicador anterior (língua materna), fica claro que há uma tendência de mudança de linguística, das LBs para a LP, em curso.

Os resultados do Censo de 2017, analisados comparativamente aos do Censo de 1997 e 2007, indicam o crescente da população de 15 anos ou mais segundo habilidades de leitura e escrita por província, estando atualmente a rondar os 40 %. Embora os censos não especifiquem a habilidade de leitura e escrita das línguas bantu, pode-se afirmar que as LB são fundamentais na comunicação oral das comunidades moçambicanas.

<sup>1</sup> O conceito de língua dominante ou majoritária não se refere, necessariamente, à frequência de uso diário ou ao número de falantes, mas à língua oficial de uma nação – e, consequentemente, da comunidade bi- ou multilíngue –, geralmente utilizada nos âmbitos da educação, da administração e da mídia. Em contrapartida, serão denominadas línguas minoritárias aquelas que vicejam em ambientes hostis a elas, ou seja, aquelas que não são usadas como língua da educação, da administração e da mídia, mas se limitam ao uso exclusivo no interior da comunidade que as fala (Corbari, 2013: 39).

Portanto, os dados do censo nos três indicadores, a saber: **(i)** língua materna; **(ii)** língua mais frequentemente falada em casa e **(iii)** saber ler e escrever qualquer língua, realçam a situação de diglossia do país, em que a LP é a que tem o estatuto H e as LB o estatuto L, bem como da necessidade de preservação dos direitos linguísticos através do ensino bilingue, por exemplo, e da criação de oportunidades formais e oficiais de uso das LBs.

Em resumo, estudos apontam que o EB em Moçambique, apesar de existir há mais de 20 anos, ainda apresenta lacunas para melhorar a sua efetiva implementação, tais como: documentos orientadores claros sobre a formação de professores e consequente reforma dos currículos de formação de professores, desenho de estratégias claras do desenvolvimento do EB (cf. Patel, 2020). Aponta-se também a falta de agenciamento das línguas moçambicanas (Langa, 2021) e a consequente falta de recursos financeiros, o que evidencia a necessidade de procura de parceiros de pesquisa (Ngunga, 2021). De fato, afigura-se importante o financiamento de projetos de pesquisa de/em/sobre línguas moçambicanas. Por exemplo, a LP convive com as LBs em Moçambique mas apenas a LP (L2 ou L1) tem algum financiamento visível para a realização de pesquisas. Defende-se que, tal como os Ingleses que tem a **SOAS** para financiar projetos de documentação linguística, o Brasil a **CAPEL**, que tem uma linha de financiamento a pesquisa das comunidades indígenas brasileiras, Portugal deveria ter uma linha de financiamento de pesquisas (tão forte quanto **SOAS** e **CAPEL**) para a documentação das línguas africanas (LBs) das suas ex-colónias. As línguas não precisam de desaparecer para se tomar medidas a seu favor e das suas gentes. Nessas linhas de financiamento, muita coisa se pode fazer, desde a escrita de pequenas histórias de leitura complementar, nivelados ou não para o Ensino bilingue; manuais diversos em LBs, pesquisas linguísticas, sobre culturas, etc. Ao assim proceder, pode se reverter o cenário de atitudes negativas sobre as LBs para positivas e, consequentemente, as lacunas provocadas pela diglossia podem-se reduzir e rumar-se para um cenário de manutenção linguística das LBs, criando-se um equilíbrio entre ambas (LP e LB) a favor do multilinguismo e diversidade de línguas e suas culturas.

## 2.2. Línguas Bantu moçambicanas em perigo

O tema sobre se as línguas Bantu estão ou não em perigo tem alimentado debates no seio académico moçambicano e não só. As respostas não tem sido perentória sobre esta questão mas, Siteo (2014), baseando-se nos dados dos censos populacionais e analisando o decrescente percentual do número de falantes das línguas moçambicanas nessa linha temporal, afirma que as estas línguas estão ameaçadas e é de opinião de que “línguas abaixo de 500 000 falantes estão em perigo (Siteo, 2014: 53). As línguas em alusão eram: *Cinyungwe, Ciyaawo, Cicopi, Ximakonde, Citewe, Xizronga, Gitonga, Cimanyika, Cibalke, Kimwani, Ekoti, Kiswahili*, etc., o que significa que as línguas *Emakhuwa, Português, Xichangana, Cisena, Elomwe, Cinyanja, Citshwa* por apresentar número de falantes acima de 500 000 não estavam em perigo.

Não obstante se levantar a necessidade de reconhecer as variáveis socioculturais na preservação de uma línguas, os dados quantitativos embora não conclusivos são indicativos das tendências dos falantes. Por exemplo, no Atlas Mundial das Línguas, a situação das línguas é categorizada de acordo com cinco níveis de perigo, juntamente com as duas categorias de línguas “seguras” e aquelas que já não são utilizadas:

**Tabela 01 – Níveis de perigo das línguas**

Nível	Descrição
Fora de uso (0)	Inclui línguas que presumivelmente saíram de uso depois de 1950.
Em perigo crítico (1)	Inclui entre 10.000 e 25 000 usuários restantes.
Severamente ameaçado (2)	Inclui entre 10.000 e 100 000 usuários restantes.
Definitivamente ameaçados (3)	Tem entre 100 000 e 3,5 milhões.
Potencialmente vulneráveis (4)	Tem entre 3,5 milhões e 7 milhões.
Ameaçadas/Inseguras (5)	Variam de números pequenos a 7,5 milhões.
Seguro (6)	É considerado como implicando não perigo como consequência de status elevado e presença elevada.

Fonte: [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br).

Olhando para esta classificação da UNESCO, a classificação das línguas como estando em perigo é gradativa, sendo que varia entre as que estão em perigo, as severamente ameaçadas, as definitivamente ameaçadas e potencialmente vulneráveis. De acordo com esta classificação<sup>2</sup>, exceto o Emakhuwa, que é uma língua potencialmente vulnerável com de 3 000 000 de falantes, as demais línguas Bantu situam-se entre severamente ameaçadas em perigo.

Contudo, a classificação mecânica das línguas, olhando simplesmente nas estatísticas ou número de falantes, pode encobrir o estado real das línguas, pois as mesmas são o veículo das práticas socioculturais, fazendo com que a classificação das línguas não se resume aos seus números. Batibo (2012) apresenta uma classificação cindida dos indicadores comuns das línguas em perigo ao interlaçar às variáveis estatísticas, às socioculturais

**Tabela 02 – Indicadores comuns**

Tipo de indicador	Indicadores comuns
Primeira categoria: relacionados às atitudes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de atitudes negativas das suas próprias línguas</li> <li>• Lealdade linguística ambivalente (Ambivalent language loyalty)</li> <li>• Indiferença em relação à transferência da língua para os filhos</li> <li>• Associação da língua materna com o baixo estatuto social e económico</li> </ul>

<sup>2</sup> Não se vai discutir neste espaço da necessidade de se adequar estes critérios eurocêntricos para o contexto africano (cf. Makoni e Silveira, 2018) pois, enquanto isso não é feito, são estes critérios, com estes números, que a UNESCO usa para classificar as línguas do mundo. Revê-los é mais um de vários desafios decoloniais que a academia africana, sobretudo, deve se debruçar.

Segunda categoria: relacionados aos usos linguísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inativa transmissão da língua dos pais para os filhos</li> <li>• Redução dos domínios de uso</li> <li>• Diminuição do número de falantes</li> </ul>
Terceira categoria: relacionados à estrutura da língua	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitação da variação estética</li> <li>• Erosão estrutural (Structural erosion) e simplificação</li> <li>• Redução lexical (Lexical reduction)</li> </ul>

Fonte: Batibo, 2012: 65.

Nas linhas que se seguem, discutem-se apenas a primeira e a segunda categoria.

### 2.2.1. Atitudes linguísticas

A primeira categoria mostra que a situação de diglossia que as LBs se encontram, em que têm um estatuto baixo (L), pode estar associada à atitude negativa dos falantes das LBs, que talvez seja a razão pela qual se declaram como não falantes das suas línguas. Como consequência de atitude negativa, o número de falantes das LBs está a reduzir, mesmo porque os domínios do uso das LBs são, no geral, oficialmente, os não formais. Em suma, os dados dos censos evidenciam um cenário maior de mudança de língua, visto que, de acordo com Fatores Determinantes do Padrão Linguístico de Moçambique (cf. Chimbutane *et al.* [no prelo]):

- I. Indivíduos residentes em zonas urbanas têm quase 5 vezes mais chances de ter o Português como língua materna do que indivíduos vivendo em zonas rurais;
  - a. Os que vivem na região Sul têm 42 % mais probabilidades de ter o Português como língua materna do que aqueles que vivem no Cento e Norte de Moçambique;
  - b. Quanto se passa de um quintil de riqueza para o outro, as probabilidades de ter o Português como língua materna aumentam em 57 %. A oportunidade de ter o Português como língua materna aumenta em 20 % quando se passa de um grau de escolaridade para o outro.
- II. Indivíduos residentes em zonas urbanas têm 6 vezes mais oportunidades de falar mais frequentemente o português comparativamente a residentes em zonas rurais;
  - a. Vivendo na região sul, a oportunidade de falar frequentemente o português aumenta em de 47 % comparativamente à região centro e norte;
  - b. De um grau de escolaridade para o outro, a probabilidade de falar o português frequentemente aumenta em 31 %.

Olhando para os fatores acima descritos, viver na zona urbana e viver na zona sul do país ou próxima dela aumenta a possibilidade de se falar o Português. Ademais, tendo-se que esta língua é um dos fatores de ascensão social (i.e. LP mais usada na educação, na administração e na mídia), por conseguinte, fomenta-se atitudes negativas em relação às

LB (i.e. não são usadas como línguas da educação, da administração e da mídia, mas se limitam ao uso quase que exclusivo no interior da comunidade que as fala).

Estudo sobre as percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do Português e das LB (Langa, 2019b), partindo do princípio segundo o qual o uso de uma língua desenvolve no falante uma certa avaliação sobre a imagem que pretende criar de si mesmo (Romaine, 1995; Skutnabb-Kangas, 1981; Pauwels, 2004), bem como a definição de identidade (*kind of person*) de um indivíduo (Gee, 2000), apontam que, em Moçambique, se está a desenhar um cenário de mudança de língua para o Português, com conseqüente abandono das línguas bantu, ainda que hajam sinais de manutenção linguística pois estas línguas são usadas no domínio de família nuclear (Pai, mãe e filhos) e alargada (avós e primos), o que pode garantir a sua vitalidade (Langa, 2019a).

De facto, comparando os resultados dos três últimos censos, nota-se uma tendência de redução da percentagem de habitantes de zonas urbanas e rurais que têm uma língua bantu como língua materna, o que é consistente com o padrão nacional. No entanto, essa tendência decrescente é mais acentuada nas zonas urbanas, onde se registou uma descida na ordem de 24.3 pontos percentuais, entre 1997 e 2017, e 13.4 pontos, entre 2007 e 2017, do que nas zonas rurais, onde a redução foi de apenas 5.9 pontos, entre 1997 e 2017, e 1.6 pontos, entre 2007 e 2017. Tal facto quer dizer que o decréscimo das percentagens daqueles que têm uma língua bantu como língua materna nas zonas urbanas é, de certo modo, inversamente proporcional ao crescimento das percentagens dos que têm o Português como língua materna. Desse modo, as LBs são associadas ao baixo estatuto social, o que, por conseguinte, pode desmotivar ou desenvolver uma indiferença em relação à transferência da língua para os filhos, afetando assim a lealdade dos falantes das LBs em relação às suas línguas (cf. Batibo, 2012). Por outras palavras, os dados dos censos satisfazem a primeira categoria dos indicadores das línguas em perigo.

## 2.2.2. Usos linguísticos

A segunda categoria dos indicadores das línguas em perigo tem a ver com os usos linguísticos. Olhando a “Distribuição da População segundo Língua Materna e Idade”, os dados dos censos apontam que a grande maioria dos recenseados de todas as faixas etárias têm uma língua materna bantu, numa proporção que varia entre 76 e 91 %. Contudo, nota-se que as percentagens mais elevadas daqueles que têm uma língua bantu como língua materna (83-91 %) situam-se entre os recenseados com 40 anos ou mais (Chimbutane *et al.* [no prelo]). Em contraste, as maiores percentagens de conhecimento da língua portuguesa como língua materna situam-se na faixa etária dos 5 aos 39 anos (entre 15 % e 20 %), decrescendo gradualmente à medida que a idade vai aumentando. Comparando os dados dos três últimos censos, nota-se, em todas as faixas etárias, o seguinte: **(a)** uma redução geral da percentagem da população que indicou ter uma língua bantu como língua materna, com maior incidência para a população jovem; **(b)** um crescimento da percentagem da população que declarou ter o Português como língua materna, com maior incidência para a população jovem.

Na verdade, a concentração de falantes de Português como língua materna nas faixas de 5 a 39 anos, a geração daqueles que nasceram após a independência, pode ter a ver com a expansão do uso desta língua, que se verifica desde 1975, sobretudo através da escola, e

o aumento do número de pais de zonas urbanas que, principalmente por razões instrumentais, têm optado por esta como a língua para a socialização inicial dos seus filhos, em detrimento das línguas bantu (cf. Chimbutane e Gonçalves, 2023; Langa, 2019b).

As entrevistas com os intervenientes-chave reconhecem a redução significativa do uso das LBs, no quotidiano, conseqüentemente a ameaça à sua vitalidade linguística. Eles afirmam que:

*É muito importante que os pais ensinem os seus filhos a falar LMs [LB] para poderem partilhar o seu legado familiar, cultural e antropológico. Para garantir a inserção social dos seus filhos no futuro, num mundo multiétnico e multilingue, i.e. É importante porque não só ensina a língua mas sobretudo transmite os valores da vida, cultura, formas de viver, etc. Quando os pais deixam de ensinar as suas LMs criam essa rotura, se calhar seja por isso que o número de falantes nativos tende a reduzir. Os pais acham que é melhor ensinar em LP mas ao fazer isso matam as suas LMs. (Entrevista com intervenientes-chave).*

Esta posição dos intervenientes-chaves é consistente com a “Distribuição da População segundo Conhecimento da Língua Portuguesa e Idade”, em que a faixa etária dos 5-9 anos registou 32.5 % de recenseados que declararam saber falar a língua portuguesa, em 2017. Na faixa imediatamente a seguir (10-14 anos), registou-se cerca do dobro desta percentagem (65.8 %). Esse resultado pode ser usado para substanciar a observação de que a escola é, de facto, o elemento preponderante na transmissão da língua portuguesa em Moçambique.

Em suma, quer os dados do censo quer a literatura consultada, bem como os intervenientes-chaves apontam para uma quebra de transmissão da língua de pais para os filhos, o que ameaça a vitalidade das LBs a médio-longo prazo. Para inverter este cenário de redução de número de falantes que se declaram falar as LB em favor sobretudo do Português, o que pode levar à crescente redução da transmissão da língua dos pais para os filhos, conforme preconiza o segundo indicador de línguas em perigo, é importante criar um motivo para se transmitir a língua bantu (através do seu uso), em domínios formais, e não só:

*O ensino das LBs nas escolas deveria ser obrigatório em todos os níveis mesmo no monolíngue, sem precisar de tornar essa modalidade bilingue. Só assim as crianças terão sensibilidade e atitude positivas em relação as suas línguas.*

*O que acontece agora, os adolescentes e jovens que não sabem falar um LB, têm atitudes negativas em relação a essas línguas. Mas eles também não falam porque não tiveram oportunidade na escola para aprender essas línguas. Como construir a tal moçambicanidade assim? (Entrevista com intervenientes-chave).*

Ao se ensinar as línguas bantu nas escolas, numa modalidade de ensino bilingue acima proposta, e sobretudo a intervenção mais consistente do Estado, bem como o incremento de pesquisas de/sobre estas línguas, pode se garantir a vitalidade linguística das LBs (manutenção linguística), sem prejudicar a LP.

Para terminar, Mtenje (2008: 30) afirma que a literatura sobre políticas linguísticas na África é muito clara sobre os fatores que contribuem para o baixo status das línguas nativas africanas, a saber: (i) “Síndrome de fechamento de elite” - mentalidade colonial das elites africanas que lutam vigorosamente pelo uso das antigas línguas coloniais em domínios formais, em detrimento das línguas africanas, de forma a proteger os seus interesses sócio-económicos minoritários e excluir a maioria dos africanos que não têm proficiência em línguas estrangeiras por participar de assuntos nacionais. (ii) Falta de valor de mercado para as línguas africanas em comparação com as línguas estrangeiras - a proficiência em uma língua africana não atrai recompensas económicas suficientes. (iii) Equívocos sobre as capacidades científicas intrínsecas das línguas africanas para funcionar eficazmente nos domínios da ciência e tecnologia. (iv) Persistente hegemonia das línguas ex-coloniais; o fato de que a maioria dos africanos menospreza suas culturas e línguas como inferiores às línguas ex-coloniais. (v) A ausência de uma forte vontade política entre os líderes africanos de promover e desenvolver genuinamente as línguas nativas africanas a níveis apreciáveis de modernidade.

Falando-se de línguas ex-coloniais e sendo Portugal o excolonizador, então, tem uma dívida histórica na valorização e manutenção das LBs a par do Português.

### 2.3. Políticas para a educação

A segunda metade do séc. XX é marcada pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de Barcelona (1996), que postula, no seu artigo 15.º, que “Todas as comunidades linguísticas têm o direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território”, bem como que “o ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro” (artigo 23.º). Como consequência desta Declaração, vários países africanos, sobretudo da África subsaariana, começam a ensaiar/implementar tentativas de educação bilingue (ensino bilingue), com o intuito de criar um novo paradigma educacional formal, em que as línguas dos ex-colonizadores, a par das línguas locais (bantu) ganham espaço na educação formal. No geral, cada país, ao seu ritmo, vai desenhando políticas linguísticas e planificações linguísticas, explícitas ou implícitas, em função da diversidade linguística que caracteriza cada país. Por exemplo, a África do sul adotou 11 línguas no ensino formal, das quais 9 línguas locais, nomeadamente *Zulu*, *Xhosa*, *Venda*, *Tswana*, *Tsonga*, *Swati*, *Sotho*, *Pedi* (*Northern Sotho*) e *Ndebele*, que são usadas na educação a par do Inglês e do Afrikaans (Lafon, 2009). Em Angola, ainda com um sistema educacional monolíngue, há um projeto de educação bilingue em curso desde 2007, que para além do Português, testa implementar as línguas locais, a saber *Cokwe*, *Kikongo*, *Kumbundu*, *Ngangela*, *Olunyaneka*, *Oshiwambo*, *Umbundu* (Bernardo e Severo, 2018). Em Eswatini, as línguas usadas na educação formal são o Inglês e Siswati (Dulvy *et al.*, 2021). Em Malawi, para além do Inglês, as línguas locais usadas incluem o *Chewa* e *Tumbula* (Wamba e Momezulu, 2014). Na Tanzânia, as línguas usadas na educação são o Inglês e o Swahili (Tibategeza, 2010).

Deixando de lado a questão de desenvolvimento associada à adoção de educação bilingue nos países africanos, estudos indicam que os alunos tendem a ter um melhor desempenho quando as matérias são ministradas nas línguas locais, e estudiosos clamam por

mais inclusão delas na educação formal, não só por razões pedagógicas a elas associadas, como também de identidade, de direito linguístico, que é humano, de diversidade linguístico-cultural, etc. (cf. INDE/MINEDH, 2003; Lafon, 2009; Tibategeza, 2010; Bernardo e Severo, 2018; e (Dulvy *et al.*, 2021).

Portanto, o reconhecimento dos direitos linguísticos das comunidades deu espaço ao estabelecimento oficial do bi/multilinguismo, em que as línguas dos ex-colonizadores convivem com as locais, através do reconhecimento da diversidade linguística e diversidade cultural dos países. Como resultado, países procederam com reformas políticas e educacionais visando acomodar esta nova dinâmica mundial. Contudo, apesar destes esforços internacionais e nacionais, em Moçambique, comparando-se os dados do Censo 2017 com os obtidos nos Censos 1980, 1997 e 2007, observa-se que a percentagem de recenseados que têm uma língua bantu como língua materna vem baixando gradualmente, uma desce da ordem de 19.6 pontos percentuais, entre 1980 e 2017, e 6 pontos percentuais, entre 2007 e 2017. Em contraste, a percentagem de recenseados que têm o Português como língua materna vem aumentando substancialmente, com um crescimento na ordem de 15.3 pontos percentuais, de 1980 a 2017, e 5.8 pontos, entre 2007 e 2017.

Os censos mostram o padrão que não era espectável, visto que, historicamente, Moçambique passa para uma situação de reconhecimento formal, ao menos em termos de usos linguísticos, das suas línguas locais no sistema educacional. Aliás, esta valorização das LBs começa com a constituição de 1990, altura em que se “introduziu o multipartidarismo, liberdades de imprensa e de expressão e o sistema de eleições periódicas regulares de cinco em cinco anos (gerais, presidenciais, provinciais e autárquicas)”, (Ngunga, 2021: 98). A pergunta para a reflexão seria que se pode fazer para reverter este cenário de queda de percentagem de falantes de LBs e progressiva subida da percentagem de falantes de LP?

No geral, a resposta à situação atual de decréscimo de percentagem de falantes de LB e crescimento de percentagem de falantes de LP em Moçambique pode ser feita olhando para a situação de diglossia do país, que leva a Fatores Determinantes do Padrão Linguístico de Moçambique acima mencionados, cuja consequência a médio e longo prazo pode ser a manutenção linguística ou a mudança de língua (i.e. o abandono do uso das LBs, Batibo, 2012).

#### 2.4. Comunicação Social

Nas instituições públicas, a Rádio Moçambique (RM) é a que continuamente imite em quase todas as línguas do país. A pandemia da Covid-19 foi uma oportunidade para mostrar as boas práticas na comunicação social, tal que quer a rádio quer a televisão se uniram para transmitir mensagens relacionadas à prevenção da Covid-19 em quase todas as línguas faladas em Moçambique. Portanto, foi num contexto extremo em que o multilinguismo/diversidade linguística foi oficialmente posto em prática no país, pois as mensagens sobre as medidas de prevenção desta doença eram traduzidas e interpretadas em quase todas as línguas nacionais no canal nacional em Português, são os canais provinciais e as rádios comunitárias a que a emissão em LBs é reservada. A RM é um bom exemplo de inclusão linguística, ao usar as línguas maternas e as mais frequentemente faladas em casa de forma equitativa, contrastando com a diferenciação por zona do acesso à LP e seus consequentes benefícios, como acima se viu.

Apesar de a RM ser considerada um bom exemplo de inclusão linguística, há uma necessidade de a classe jornalística do país ser treinada ou habilitada a escrever devidamente as suas línguas locais, sobretudo a escrita das línguas padronizada (cf. NELIMO, 1989, Siteo e Ngunga, 2000, Ngunga e Faquir, 2011, Ngunga *et al.*, 2022).

Na televisão, o uso das LBs nas emissões é mais recente, desde 2018, onde transmite por dia notícias em três línguas, o que perfaz 15 línguas nos cinco dias de emissão nesses idiomas. Quanto ao número de línguas a usar, enquanto o MINEDH usa 19 LBs, na sua modalidade bilingue de ensino, a RM usa as 20, incluindo *Swahili*. A TVM usa apenas 15 línguas. Isto mostra o problema no critério de seleção das línguas em uso, mas também representa um ganho no início e incremento do uso das LBs nos espaços formais em Moçambique.

De uma forma geral, as preocupações levantadas no setor da educação prevalecem na comunicação social, dentre elas a o privilégio dado à LP em relação às LBs, como mostra o facto de, neste caso, os repórteres se esmerarem quando apresentam peças em LP e serem “pouco profissionais” quando for a vez das LBs. Esta característica é um indicador associado à atitudes linguísticas (Batibo, 2012), bem como do preconceito linguístico (Corbari, 2013), que são importantes para decorrer o fenómeno de mudança de língua (Fishman, 1967).

Apesar de haver críticas, considera-se um ganho importante e boa prática na criação de espaço para as LBs nos domínios formais. Fora os canais do Estado, as LMs são usadas em algumas rádios e televisão privadas, iniciativas privadas de criação de websites onde se discute nessas línguas e outras iniciativas. Uma nota crítica tem a ver com o facto de haver emissões em LBs, cursos de graduação e da pós-graduação e iniciativas privadas em prol das LBs, nenhuma das instituições referidas têm um website bilingue com uso alternativo de LB vs LP.

Em resumo, na comunicação social, podemos encontrar boas práticas de uso das LBs e da LP, como fatores importantes na vitalidade linguística das LBs. Aqui o fosso de uso da LP e das LBs é reduzido, embora prevaleçam fatores associados à atitudes linguísticas negativas do seus intervenientes resultantes do preconceito linguístico que se foi consolidando pela história. Tais atitudes podem ser ultrapassadas ou minimizadas através da formação/capacitação dos intervenientes (repórteres, locutores, etc).

### 3. Conclusão

Em suma, a análise do perfil linguístico de Moçambique acima apresentada leva a considerar as seguintes ações como importantes para reverter o cenário de queda de percentagem de falantes de LBs e progressiva subida da percentagem de falantes de LP e suas consequências na criação de assimetrias regionais, incluindo o garante da vitalidade das línguas Bantu moçambicanas passam por desenvolver atitudes e práticas linguísticas a favor da diversidade linguística do país, como por exemplo:

- I Incentivando o ensino bilingue. O Ensino bilingue começou a ser implementado a nível nacional em 2003, tendo mais tarde expandido em 2020 pelo MINEDH (MINED, 2023, MINEDH, 2019). A literatura mostra que a modalidade de EB adoptada para Moçambique vai até a 6.ª classe, altura em que depois da transição, os conteúdos passam a ser ministrados em língua portuguesa (cf. LEI N.º 18/2018, de 28 de dezembro).

Portanto, as línguas bantu moçambicanas são usadas como trampolim para o melhor ensino da língua portuguesa. Os dados dos censos da população de 2007 e de 2017 mostra um crescente de inquiridos que se declaram falar a LP (16.5 %), como língua materna em todo o país. Este crescimento da LP pode ser interpretado como consequência do ensino, a todos os níveis, primário, secundário e superior ou pode significar o aumento da consciência de que a LP é a língua de prestígio e por conseguinte, uma língua cujo seu conhecimento e uso é um fator de acessão social em Moçambique.

- II Alteração do quadro atual do modelo de EB. Desenho de um programa de EB em que as LBs sejam usadas no processo de ensino-aprendizagem, desde o ensino primário ao superior. i.e. alterar o cenário atual em que as LBs são usadas na educação inicial e depois transição para uso exclusivo da LP para um cenário em que as línguas são usadas (LP e LB) desde o ensino primário ao superior, com condicionamento de passagem de nível ao exame de LB.
- III Melhoramento dos aspetos negativos sobre o EB. O melhoramento pode consistir no desenho de estratégias claras do desenvolvimento de EB; desenho de um currículo de formação de professores ajustado ao EB; financiar atividades de pesquisa e produção de matérias virado para o EB. Pois as LBs não devem servir para alavancar a LP. Pode-se fazer isso mas sem matar a L1 (cf. Chimbutane *et al.* [no prelo]).
- IV Reduzir assimetrias de uso da LP e das LB. Desenhar políticas linguísticas em que a LB também tenha acesso a ambientes formais, como por exemplo: uso da administração, uso e acesso ao emprego, etc. i.e. desenvolver ações visando minimizar o estatuto H e L das línguas.
- V Criação de infraestruturas socioeconómicas capazes de reter as pessoas nas suas zonas de residência, bem como a promoção de equidade linguística através de criação de políticas de usos de línguas bantu nesses locais. Assim, a par da LP, as LBs teriam as mesmas oportunidades.
- VI Criação por Portugal de fundo de pesquisa em/sobre as línguas moçambicanas por forma a garantir, dentre outros, a documentação das línguas e suas culturas, produção de material didático e não só sobre as mesmas à semelhança do que a SOAS e a CAPES o fazem.

## Referências bibliográficas

- Abdulaziz, M.H. (2003), *The history of language policy in Africa with reference to language choice in education*. Ouane, A. (Ed.), Towards a multilingual culture of education, pp. 179-199. Hamburg: UNESCO Institute of Education.
- Bamgbose, A. (1999), *African language development and language planning*. Social Dynamics, 25(1), pp. 13-30.
- Batibo, H. (2012), *Language decline and death in Africa: Causes, consequences and challenges*. Toronto: Multilingual Matters.

- Bernardo, E., & Severo, C. (2018), *Políticas linguísticas em Angola sobre as políticas educativas in(ex)cludentes*. Revista Abralín, 17(2).
- Butler, Y. G., & Hakuta, K. (2008), *Bilingualism and Second Language Acquisition*. The Handbook of Bilingualism.
- Chambo, G. (2018), *Revitalização dos ambientes participativos e interactivos na educação bilingue em Moçambique através do translanguaging e do cross-cultural learning* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Vigo.
- Chimbutane, F. (2011), *Rethinking bilingual education in postcolonial contexts*. Clevedon, Avon: Multilingual Matters.
- Chimbutane, F., & Gonçalves, P. (2023), *Family language policy and language shift in post-colonial Mozambique: a critical, multi-layered approach*. Lang Policy, 22, pp. 267–287. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10993-023-09658-3>.
- Chimbutane, F., Langa, D., Lauchande, C., & Lopes, L. (no prelo), *Padrão Linguístico de Moçambique: Análise dos Dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.
- Corbari, C. (2013), *Atitudes linguísticas: Um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste* (Tese de Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Dulvy, E. N., Gelande, G. P., Rakotomalala, M., Kika, J. C., Fraser, A., Gebre, T. Z., Franz, J., Lockheed, M. E., Challa, S. (2021), *Eswatini Education Sector Analysis*. Report N.º AUS0002298. Washington, D.C.: World Bank Group. [Em linha]. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/329331623650791871/Eswatini-Education-Sector-Analysis>.
- Firmino, G. (2002), *A “questão linguística” na África pós-colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Fishman, J. (2006), *Language maintenance, language shift, and reversing language shift*. Tej, B. & William, R. (Eds.), *The handbook of bilingualism*, pp. 406-436. Malden, MA: Blackwell.
- (1967), *Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism*. Journal of Social Issues, 23(2), pp. 29-38.
- Gee, J. (2000), *Identity as an analytic lens for research in education*. Review of research education, 25, pp. 99-125.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), (2017), *Dados do Recenseamento Geral da População de 1980, 1997, 2007 e 2017*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>.
- Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE) & Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), (2023), *Programa do ensino básico*. Maputo: MINEDH.
- Katupha, J. (1985), *O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada*. Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, pp. 317–334. Lisboa: APL/Universidade de Lisboa.
- Kröger, O. (2005), *Language clusters in Mozambique*. Nampula: SIL.
- Lafon, M. (2011), *Educação Bilingue Em Moçambique: Interesse Popular Ultrapassa a Timidez do Programa*. Chimbutane, F. & Stround, C. (Eds.), *Educação Bilingue em Moçambique: Reflectindo Criticamente sobre Políticas e Práticas*, pp. 13-34. Maputo: Texto Editores.

- \_\_\_\_\_ (2009), *The Impact of Language on Educational Access in South Africa*. UK Create Pathways to Access Research Monograph N.º 24.
- Langa, D. (2021), *Tradução dos termos sobre Coronavírus/Covid 19: uma abordagem de comunicação adequada*. In Fórum Linguístico, 18(4), pp. 6988-7005.
- \_\_\_\_\_ (2019a), *Usos linguísticos da comunidade moçambicana bilingue*. In Siopa, C., Marques, J. A., Monteiro, A. C. & Serra, P. (Eds.), *Língua e literacia(s) no século XXI: Textos selecionados das 9.ªs Jornadas da Língua Portuguesa*, pp. 99-126. Porto: Porto Editora.
- \_\_\_\_\_ (2019b), *Percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do português e das línguas maternas Bantu*. Tabuleiro de Letras, 13(3), 25.
- Lewis, M.P., Simons, G.F., & Fenning, C.D. (Eds.). (2015). *Ethnologue: Languages of the world* (eighteenth edition). Dallas, Tex.: SIL International. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>.
- Maconi, S. B., & Silveira, A. C. (2018), *Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas*. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 17, n.º 2, Doi: 10.25189/rabralin.v17i2.51. [Em linha]. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/511>.
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), (2019), *Estratégia de Expansão do Ensino Bilingue (2020-2029)*. Maputo: MINEDH.
- Mtenje, A. L. (2008), *Language Policies in the SADC region: Stock-taking and prospects*. OSISA. Openspace, 2(3), pp. 24-29.
- NELIMO (1989), *I Seminário Sobre A Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas*. Maputo: Editora Escolar.
- Ngunga, A. (2021), *Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique*. (África. São Paulo, 1978, Online), São Paulo, (42), pp. 86-108. [Em linha]. Disponível em: <http://dx.doi.org/>.
- \_\_\_\_\_ (1992), *Breves notas sobre a situação linguística de Moçambique*. Notícias, 28 de fevereiro.
- Ngunga, A., & Bavo, N. (2011), *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: Centro dos Estudos Africanos (CEA) – Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Ngunga, A., & Faquir, O. (Eds.), (2011), *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Ngunga, A., Manuel, C., Langa, D., Machungo, I., & Da Câmara, C. (Eds.). (2022), *Padronização da ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do IV Seminário*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Patel, S. (2020), *Moçambique: olhares sobre a educação bilingue e seus professores*. Bryan, N., Barbosa, W. & De Almeida, W. (Orgs.), *África: passado, presente, perspectivas. Aportes para o ensino de História e Culturas Africana*, pp. 145-160. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações.
- Pauwels, A. (2004), *Language maintenance*. Daves, A. & Catherine, E. (Eds.), *The handbook of Applied Linguistics*, pp. 719-734. Oxford: Blackwell.
- República de Moçambique (2018), *Lei n.º 18/2018 do Sistema Nacional da Educação*. Boletim da República, I Série, N.º 254, de 28 de dezembro. Maputo: Imprensa Nacional.

- \_\_\_\_\_. (2018), *Lei N.º 6/2018 do quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais*. Boletim da República, I Série, N.º 152, de 3 de agosto.
- \_\_\_\_\_. (2004), *Constituição da República (atualizada)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Lei n.º 6/92, do Sistema Nacional da Educação*. Boletim da República, I Série, N.º 19, de 6 de maio. Maputo: Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1990), *Constituição da República*, I Série, N.º 44, de 2 de novembro de 1990. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Romaine, S. (1995), *Bilingualism*. Oxford: Blackwell.
- Sayahi, L. (2014), *Diglossia and language contact: Language variation and change in North Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sitoe, B. (2014), *Línguas e Estados nacionais: Problematizações históricas e implicações*. In Severo, C., Sitoe, B. & Pedro, J. (Eds.), “Estão as línguas nacionais em perigo?”, pp. 37-75. Lisboa: Escolar Editora.
- Sitoe, B., & Ngunga, A. (Eds.), (2000), *Relatório do II Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas*. Maputo: Editora Escolar.
- Skutnabb-Kangas, T. (1981), *Bilingualism or not: The education of minorities*. Clevedon/UK: Multilingual Metters.
- Tibategeza, E. (2010), *Implementation of Bilingual Education in Tanzania: The Realities in the Schools*. Nordic Journal of African Studies, 19(4), pp. 227-249.
- Timbane, A., & Nhampoca, E. (2017), *A terminologia do futebol em Moçambique: o caso dos neologismos na aula de língua portuguesa do ensino médio*. Calidoscópico, 15(1), pp. 126-140.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (n/d), Brasília, Brasil. [Em linha]. Disponível em: [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br).
- Wamba, N., & Mgonezulu, V. (2014), *The crisis in public education in Malawi*. International Journal of Advanced Research, 2(4), pp. 323-331.

## Anexo

Tabela 02 – Distribuição de línguas maternas faladas por população de 5 ou mais anos de idade 2007 e 2017<sup>3</sup>

N.º	Língua	Falantes (2007)	%	Falantes (2017)	%
1	Emakhuwa	3.097.788	26.1	5,866,643	26.4
2	Português	1.693.024	10.8	3,709,868	16.7
3	Xichangana	1.660.319	10.5	1,926,879	8.7
4	Cisena	1.218.337	7.8	1,586,703	7.1
5	Elomwe	1.136.073	7.2	1,606,600	7.2
6	Cinyanja	903.857	5.8	1,532,411	6.9
7	Echuwabu	716.169	4.8	1,060,852	4.8
8	Cindau	702.464	4.5	840,946	3.8
9	Xitshwa	693.386	4.4	841,643	3.8
10	Cinyungwe	457.292	2.9	504,555	2.3
11	Ciyaawo	341.796	2.2	454,185	2.0
12	Cicopi	303.74	1.9	336,020	1.5
13	Ximakonde	268.91	1.7	327,224	1.5
14	Citewe	259.79	1.7	263,324	1.2
15	Xizronga	235.829	1.5	58,486	0.3
16	Gitonga	227.256	1.5	187,646	0.8
17	Cimanyika	133.961	0.9	202,763	0.9
18	Cibalke	112.852	0.7	130,075	0.6
19	Kimwani	77.915	0.5	90,432	0.4
20	Ekoti	60.771	0.4	66,810	0.3
22	Kiswahili	15.255	0.1	321,007	1.4
23	Línguas de Sinas	7.503	0.05	-	0.0
24	Outras Línguas Maternas	310.259	2	321,007	1.4

Fonte: Ngunga & Bavo (2011, p. 14-15) e INE (2017).

<sup>3</sup> Os dados referentes a 2017 foram calculados com base nos dados do Censo do respetivo ano.